

EDITORIAL

A RDB é uma publicação oficial do CONPEDI, quadrimestral, que visa fomentar o estudo das questões relevantes que envolvem a justiça constitucional tanto no âmbito nacional, como internacional. Nesse sentido procura-se estudar os principais temas do Direito Contemporâneo de modo reflexivo e dialético. Objetiva-se criar um campo vasto de discussão e aproximação do Direito interno e Internacional, propiciando um intercâmbio de informações e soluções sobre as mais diversas questões jurídicas situadas no âmbito da justiça constitucional. Tem como objetivo oferecer aos estudiosos do Direito uma visão atualizada dos principais temas do Direito Contemporâneo.

Os artigos poderão ser enviados em três línguas: inglês, espanhol e português e obedecerão às regras da ABNT quanto à publicação. Os artigos submetidos ao processo de revisão devem ser inédito; conter título e resumo na língua portuguesa e estrangeira (serão admitidas inglês e espanhol), com no mínimo 100 palavras; conter no mínimo três palavras-chaves e no máximo seis na língua portuguesa e estrangeira; desenvolvimento e referências; possuir de 15 a 30 laudas no formato word (A4, posição vertical; Fonte: Times New Roman; Corpo: 12; Alinhamento: Justificado, sem separação de sílabas; Espaçamento um e meio entre linhas; Parágrafo: 1,5 cm; Margem: superior e esquerda - 3 cm; Inferior e direito - 2 cm); as citações devem obedecer às regras da ABNT.

A Revista de Direito Brasileira - RDB recebe permanentemente artigos, pareceres jurisprudência e legislação comentada, tanto no âmbito nacional, como estrangeiro, e divide-se em uma Parte Geral, no qual são abordados temas genéricos e relevantes da justiça constitucional, e uma Parte Especial, que versa sobre temas específicos. Nesta décima terceira edição, o tema específico escolhido é a Globalização e seus efeitos.

Na parte geral desta edição, Igor Silva de Menezes trata do patrimonialismo característico da administração pública brasileira, bem como da gestão da informação e do conhecimento do setor público, tendo em vista a memória institucional, a prodigalidade de treinamento e a cúpula organizacional politizada. No mesmo sentido, Maraluce Maria Custórdio e Marcio Luís de Oliveira abordam a ecoeficiência nos procedimentos de licitação para aquisição de insumos de uso cotidiano pela Administração Pública Federal do Brasil. Já Susana Borràs examina em seu artigo a construção do princípio da responsabilidade de proteger para fortalecer a seguridade climática. Juliana Costa Zaganelli e Elda Coelho de Azevedo Bussinguer tratam com acuidade da universalidade e da privatização, por meio de uma análise comparativa dos sistemas públicos de saúde brasileiro e francês. No tocante à Teoria do Direito, Leandro Caletti e Márcio Ricardo Staffen analisam o conflito entre princípios na teoria estruturante do Direito de Friedrich Muller. Maria Helena Diniz trata com profundidade da sistematização como problema central da ciência jurídica. No que se refere aos Direitos Fundamentais, Elisângela Padilha e Carla Bertoncini estudam a dignidade da pessoa humana na Teoria dos Direitos Fundamentais de Robert Alexy, levando a efeito uma análise sobre o seu caráter absoluto ou relativo na ordem jurídico-constitucional. Acerca do Código Civil, Thiago Sales de Oliveira, por sua vez, faz em seu artigo breves anotações sobre as espécies normativas do Código Civil. Ainda dentro da mesma temática Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka analisa se as diferenças sucessórias entre união estável e casamento são constitucionais, levando em consideração a posição da doutrina e dos tribunais. Flavia Piva Almeida Leite aborda o tema do exercício da

liberdade de expressão nas redes sociais: e o Marco Civil da Internet. Laura Machado Oliveira, por sua vez, estuda o trabalho do apenado e a (des)marginalização do direito laboral.

Na parte especial da Revista que trata da Globalização e seus efeitos, Diana Carolina Valencia Tello examina a questão dos efeitos da globalização no Direito Administrativo. Já Rafael Osvaldo Machado Moura aborda a globalização sob o aspecto do fim dos direitos humanos e a experiência do Sistema Interamericano de proteção dos direitos humanos. Marcelo Benacchio e Queila Rocha Carmona dos Santos estudam o poder tecnológico e risco na pós-modernidade e propõem reflexões à luz dos direitos humanos.

Por fim, gostaríamos de agradecer a todos os autores que colaboraram nesta décima terceira edição, bem como aos pareceristas que levaram a efeito a criteriosa avaliação dos artigos.

A todos desejamos uma excelente leitura!

Vladmir Oliveira da Silveira

Coordenador